



RESOLUÇÃO

Aumentar salários, melhorar as condições de trabalho, organizar, reforçar e intensificar a luta

A jornada de luta dos trabalhadores da Ad. Pública central e local realizada no passado dia 20 de Maio, com greves e uma concentração nacional junto ao Palácio de Ajuda, onde decorreu o Conselho de Ministros, constituiu um sinal muito forte que os trabalhadores, que saudamos, deram de indignação e de não resignação perante um Governo que insiste em desvalorizar os trabalhadores e em não resolver os seus principais problemas: aumento dos salários, valorização das carreiras, revogação do SIADAP, correcção da Tabela Remuneratória Única.

Este é um Governo que proclama preocupações e se desfaz em elogios aos trabalhadores, mas continua a desrespeitar o direito à negociação e a faltar aos compromissos que assumiu com os sindicatos, no início deste ano, de negociar Salários, Carreiras e SIADAP, não tendo sequer entregado até ao momento qualquer proposta!

E enquanto voam mais 317 milhões para o Novo Banco, que já consumiu quase 3 mil milhões de dinheiros públicos, há 12 anos que a esmagadora maioria dos trabalhadores não têm aumentos salariais dignos desse nome, e o salário mínimo continua muito aquém de remunerar condignamente o trabalho. Além de insuficientes, os aumentos de 2021 comprimiram ainda mais os salários na tabela única! Já quase não existe diferença entre as tabelas salariais da Carreira Geral de Assistente Operacional e de Assistente Técnico. E há trabalhadores que com 30 anos de serviço estão na base salarial da Administração Pública.

O Plano de Estabilidade para 2022-2025, apresentado recentemente pelo Governo, continua refém das ditaduras do défice orçamental e da dívida pública, mesmo que a União Europeia nos tenha retirado esses garrotes em 2020, 2021 e 2022, não prevê uma revalorização salarial que assegure a reposição do poder de compra perdido nos últimos doze anos.

À degradação dos salários, juntam-se carreiras profissionais completamente desvalorizadas e um sistema de avaliação de desempenho que continua a penalizar fortemente os trabalhadores, pelo que a proposta anunciada pelo Governo de majoração das quotas de avaliação é completamente inaceitável.

A estes problemas, acresce agora a questão do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, aprovado pelo OE de 2021, que não só não está ainda a ser

aplicado num largo conjunto de autarquias, como em muitos casos, está a ser atribuído sem qualquer consulta ao sindicato, de forma restritiva e economicista, registando-se a exclusão de profissões penosas e insalubres, atribuição de níveis de penosidade de forma injusta, previsão de pagamento de 11 em vez de 12 meses e sem respeito pela retroactividade a Janeiro como é devido, pagamento à tarefa, penalizando milhares de trabalhadores.

Mantém-se a vergonhosa proibição da acumulação de indemnizações atribuídas por incapacidade parcial permanente com as respectivas remunerações – direito roubado aos trabalhadores no período da troika que urge recuperar, e a municipalização de funções sociais do Estado, cuja generalização deverá ter lugar em 2022, caminho que a ser concretizado, acarretará prejuízos de difícil reversão.

No sector empresarial público e privado, os problemas continuam a ser muitos e graves. Na Águas de Portugal, o Acordo Colectivo de Trabalho, continua por cumprir e a sua revisão por efectuar, mantendo-se fortes disparidades salariais e desigualdade no plano dos direitos; na EGF, os problemas arrastam-se e agravam-se, aguardando-se a marcação de uma nova reunião de conciliação na DGERT, solicitada pelo STAL, para pressionar a empresa a negociar; no plano das empresas municipais há processos negociais bloqueados, violação de direitos, e no privado, o bloqueio e a recusa negocial, a falta de liberdade sindical são a regra, e a exploração do trabalho, em especial no sector dos resíduos, continua a aumentar e a agravar-se.

Nas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, é indispensável valorizar salários, respeitar os horários de trabalho e garantir o direito à carreira.

Face à situação descrita, a Direcção Nacional do STAL, reunido em 9 de Junho de 2021, decide prosseguir e intensificar a exigência e a luta por:

- Aumento geral dos salários, em 90€ para todos os trabalhadores e do SMN para 850€ no curto prazo e a criação nas carreiras do regime geral de um índice 100 correspondente à RMMG;
- Aplicação imediata e abrangente do Suplemento Penosidade e Insalubridade (SPI) em todas as autarquias, combatendo e denunciando incumprimentos, e mantendo a pressão junto do Governo pela defesa de um Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco (SIPR), mais justo e abrangente, pago no nível mais elevado, conforme defendemos há muito;
- Pagamento e atribuição de um SIPR a todos os trabalhadores das actividades de águas, saneamento e resíduos do sector empresarial;
- Revogação imediata do SIADAP e a sua substituição por um sistema de avaliação de desempenho justo, formativo, transparente, equitativo e sem quotas, promovendo uma concentração de exigência e protesto frente à ANMP, no próximo dia 16;

- Atribuição da menção qualitativa de Relevante (ou equivalente) no biénio 2019/2020 a todos os trabalhadores;
- Revisão e a dignificação das carreiras;
- Recuperação de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão nas carreiras;
- Correção da Tabela Remuneratória Única, no respeito pela proporcionalidade entre posições remuneratórias;
- Respeito pela Negociação Coletiva, pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e pelos trabalhadores.
- Pelo direito à contratação colectiva, consagrado legalmente e no respeito pelo seu cumprimento
- Reforço do investimento e melhoria do funcionamento e prestação dos serviços públicos à população, das funções sociais do Estado e do Poder Local Democrático.

E destaca ainda a necessidade de:

- Desenvolver a luta em torno das reivindicações concretas dos trabalhadores em cada local de trabalho, tendo como base o aumento geral dos salários em 90 euros para todos os trabalhadores, a valorização das carreiras e profissões, a fixação dos 850 euros para o Salário Mínimo Nacional, o combate à precariedade, fazendo corresponder um vínculo efectivo a uma necessidade permanente, a luta pelas 35 horas para todos, sem redução de salário e contra a desregulação dos horários de trabalho, a exigência do cumprimento e reposição de direitos, a revogação das normas gravosas da legislação laboral, a garantia de condições de trabalho, nomeadamente as de saúde e segurança nos locais de trabalho, entre outras;
- Reforçar a acção sindical integrada a partir dos locais de trabalho, prossequindo e melhorando a intervenção para a resolução dos problemas dos trabalhadores e satisfação das suas reivindicações e anseios, aumentando a sindicalização, a eleição de delegados sindicais e representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho;
- Aprofundar a intervenção em torno dos cadernos reivindicativos e da contratação colectiva, assim como na exigência de negociação colectiva, envolvendo os trabalhadores na dinamização da luta pela efectivação dos direitos e aumento significativo dos salários e na resistência às ameaças, chantagens e repressões patronais, exercer as liberdades e direitos, afirmar a força da luta organizada a partir dos locais de trabalho e a sua convergência.

Lisboa, 9 de Junho de 2021